



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9509

**Presidente da Mesa Diretora:** Cláudio Ribeiro Prates

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Utilidade Pública

**Autoria:** Soter Magno

**Data:** 24/04/2018

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 39/2018. Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal à “Associação Justo Olhar”. (Referente à Lei nº 5.061, de 16/05/2018).

**Controle Interno – Caixa:** 25.13

**Posição:** 14

**Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Utilidade pública  
CX: 25.13  
Ordem: 14  
nº fls: 22



Nº 19 / 2018

15.05.2018

## Câmara Municipal de Montes Claros

### PROJETO DE LEI Nº 39/2018

AUTOR:

Ver. Sóter Magno Carmo

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a  
Associação Justo Olhar.

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 24/04/2018
- 2 - Comissão Legislação e Justiça
- 3 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - EM 15.05.2018
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Soter Magno Carmo

PROJETO DE LEI Nº 39 /2018

## Concede Título Declaratório de Utilidade Pública

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de ASSOCIAÇÃO JUSTO OLHAR, inscrita no CNPJ sob o nº 25.046.898/0001-60, com sede na Rua Januário Juliano, 308 – Santa Laura, neste Município de Montes Claros – MG.

**Art. 2º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 23 de Abril de 2018

Soter Magno Carmo  
Vereador 2017/2020



Dá pra fazer diferente!

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 24 DE ABRIL DE 2018  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 15 DE MAIO DE 2018  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 39/2018 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública a Associação Justo Olhar”, de Autoria do Vereador Soter Magno Carmo.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 25 de abril de 2018.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605





**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 39/2018**

**AUTOR: Ver. Sóter Magno Carmo**

**MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal á Associação Justo Olhar.”**

**I - RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 24/04/2018 com entrada na Sala das Comissões no dia 26/04/2018.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo conceder título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Justo Olhar.

De acordo com estatuto a referida entidade tem por objetivo, dentre outros, o de promover a difusão dos princípios consagrados na Declaração Universal dos direitos dos animais.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais, vez que atende os requisitos legais previstos em lei.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2018

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva \_\_\_\_\_

Vice-Presidente : Ver. Martins Lima Filho \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Wilton Afonso Dias Soares: \_\_\_\_\_